

PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE



Período: 2022-2025

COORDENAÇÃO GERAL:

MÁRCIO MELO GOMES
Prefeito Municipal

RAFAEL LUIZ REDÓ GARCIA
Vice-Prefeito Municipal

MARCELO VEIGA DO MARCO
Diretor Municipal de Saúde Pública

ELABORAÇÃO:

Equipe Técnica da Diretoria Municipal de Saúde Pública
Equipe Técnica do Departamento Regional de Saúde IV - DRS-IV

SUPERVISÃO:

Conselho Municipal de Saúde

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

A toda Equipe da Diretoria Municipal de Saúde Pública



***“Unir-se é um bom começo
Manter a união é um progresso
E trabalhar em conjunto é a vitória!”***
HENRY FORD

Sumário

Lista de Abreviatura, Símbolos e Siglas	04
1. Introdução	06
2. Diagnóstico Situacional	07
2.1. Perfil Demográfico e Socioeconômico	07
2.2. Hidrografia	08
2.3. Bairros	09
2.4. Clima	09
2.5. Demografia	09
2.6. Comunicação	09
2.7. Transporte	09
2.8. Religião	09
2.9. Turismo	09
2.10. Pontos Turísticos	10
2.10.1. Bandeira	10
2.10.2. Brasão	10
2.11. Localização	10
2.12. Características Geográficas	10
3. Rede Física Instalada	11
4. Urgência e Emergência	12
5. Hospitalar	12
6. Apoio Diagnóstico e Terapêutico (atendimentos ambulatoriais)	13
7. Alta Complexidade	14
8. Regulação	14
9. Recursos Financeiros	14
10. Recursos Humanos	16
11. Eixos	16
11.1. Eixo 1 Atenção Básica	17
11.1.1. Área Programática: Saúde da Criança	17
11.1.2. Área Programática: Saúde da Mulher	18
11.1.3. Área Programática: Saúde Bucal	19
11.1.4. Área Programática: Saúde do Adolescente	20
11.1.5. Área Programática: Saúde do Idoso	21
11.1.6. Área Programática: Hipertensão e Diabetes	21
11.1.7. Área Programática: Deficiente Físico	21
11.2. Eixo 2 Médica Complexidade	22
11.2.1. Área Programática: Saúde Mental	23
11.3. Eixo 3 Atenção à Urgência e Emergência	24
11.4. Eixo 4 Vigilância em Saúde	24
11.4.1. Área Programática - Vigilância Sanitária	24
11.4.2. Área Programática - Unidade de Vigilância de Zoonoses	25
11.4.3. Área Programática - Vigilância Epidemiológica	26
11.5. Eixo 6 Assistência Farmacêutica	31
11.6. Eixo 7 Gestão do SUS no município	32
11.6.1. Área Programática: Estratégia Saúde da Família	32
11.6.2. Área Programática: Estrutura Física	33
11.6.3. Área Programática: Acesso a Atenção Básica	33
11.6.4. Área Programática: Ouvidoria	33
11.6.5. Área Programática: Informatização	33
11.6.6. Área Programática: Transporte Sanitário	34
11.6.7. Área Programática: Recursos Humanos	34
11.7. Eixo 8 Controle Social na Gestão do SUS	34
11.7.1. Conselho Municipal de Saúde	34
11.7.2. Relatório de Gestão	34
12. Considerações Finais	40
13. Referências Bibliográficas	41
14. Atores públicos na emissão deste importante instrumento de gestão	42

Lista de abreviaturas, símbolos e siglas

ACS	Agente Comunitário de Saúde
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AIH	Autorização de Internação Hospitalar
AMB	Associação Médica Brasileira
AME	Ambulatório de Especialidades
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APAC	Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade
BPA	Boletim de Produção Ambulatorial
BPAC	Boletim de Produção Ambulatorial Consolidados
BPAI	Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas
CAPS I	Centro de Atenção Psicossocial – Infantil
CHID	Complexo Hospitalar Irmã Dulce
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CID	Código Internacional de Doenças
CIR	Comissão Intergestores Regional
CNES	Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde
CNRAC	Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONDESB	Conselho de Desenvolvimento da Baixada santista
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista
CRATH	Centro de Referência ao Atendimento de Tuberculose e Hanseníase
CROSS	Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde
DATASUS	Departamento de Informática do SUS
DCNT	Doenças Crônicas não Transmissíveis
DNCI	Doenças de Notificação Compulsória Imediata
DMS	Diretoria Municipal de Saúde
DOE	Diário Oficial do Estado
DRC	Doença Renal Crônica
DRS IV	Departamento Regional de Saúde da Baixada Santista
DVE	Departamento de Vigilância Epidemiológica
EAD	Ensino a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMAD	Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar
EMUS	Empresa Municipal de Saúde
ESF	Estratégia Saúde da Família
EPS	Educação Permanente em Saúde
ESP	Especializado
FAEC	Fundo de Ações Estratégicas e Compensação
FAN	Fundo de Alimentação e Nutrição
FPO	Ficha de Programação Orçamentária
GM	Gabinete do Ministério
H1N1	Influenza A subtipo hemaglutinina 1 e neuraminidase 1
HMID	Hospital Municipal Irmã Dulce
IAM	Infarto Agudo do Miocárdio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LC	Lei Complementar
MS	Ministério da Saúde
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
Nº Abs.	Nº Absoluto
N.R.	Normas Regulamentadoras
NV	Nascidos Vivos
PAS	Plano Anualizado de Saúde
PAREPS	Plano Regional de educação Permanente em Saúde
PDZPS	Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos
PPA	Plano Plurianual
PMS	Plano Municipal de Saúde
PNAISH	Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem
PROSAD	Programa de Saúde do Adolescente
REAB.	Reabilitação
RRAS 07	Rede Regional de Atenção à Saúde da Baixada Santista
RUE	Rede de Urgência e Emergência
SAE	Serviço de Atenção Especializada
SAI	Sistema de Informação Ambulatorial
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SARGSUS	Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão
SAS	Secretaria de Atenção à Saúde
SCNES	Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
SDM	Serviço de Referência para diagnóstico do câncer de mama
SESAP	Secretaria de Saúde Pública

SIGTAP	Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS
SIHD	Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASC	Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos
SIOPS	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde
SISAIH01	Programa de Apoio a Entrada de Dados das Autorizações de Internações Hospitalares
SISPMI	Sistema de Programação Pactuada e Integrada
SISREG	Sistema Nacional de Regulação
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SRAG	Síndrome Respiratória Aguda
SRC	Serviço de Referência para diagnóstico do câncer de colo de útero
STOU	Serviço em Traumatologia e Ortopedia de Urgência
SUS	Sistema de Vigilância em Saúde
TABWIN	Programa de Tabulação para Windows do DATASUS
TCU	Tribunal de Contas da União
TFD	Tratamento Fora do Domicílio
TGCA	Taxa Geométrica de crescimento anual
TRS	Terapia Renal Substitutiva
TB	Tuberculose
UBS	Unidade Básica de Saúde
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
USF	Unidade Saúde da Família
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

UVZ Unidade de Vigilância de Zoonoses – VISA – Vigilância Sanitária

1. Introdução

O Plano Municipal de Saúde 2022-2025 expressa a percepção da Diretoria Municipal de Saúde Pública de Mongaguá e os interesses da sociedade mongaguense, motivada pela busca de soluções para os problemas de sua população e a implementação de um plano capaz de promover uma nova situação em que haja melhor qualidade de vida, maiores níveis de saúde, bem-estar e apoio ao desenvolvimento social da população da cidade.

O Plano Municipal de Saúde representa uma oportunidade de verificar as aspirações na saúde pública municipal e também de avaliar os avanços alcançados desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), uma das principais políticas públicas de inclusão social no Brasil.

Um planejamento consistente é a maneira de a Diretoria Municipal de Saúde Pública de Mongaguá expandir sua capacidade de organização do SUS, enfrentar a fragmentação da atenção, integrar e otimizar recursos, evitar desperdícios, além de melhorar a eficiência e qualidade de suas ações e serviços.

O planejamento de ações e a definição de objetivos, metas e indicadores são atividades cotidianas na atuação de gestores do setor público em saúde.

Este plano foi realizado com base no diagnóstico situacional, perfil sociodemográfico, epidemiológico e sanitário, e representa a síntese de diversas discussões e decisões sobre o que fazer para enfrentar um conjunto de desafios da saúde pública e, para tanto, reúne metas globais e locais contidas em diferentes instrumentos de planejamentos e pactuações realizadas em 2020 e em anos anteriores, tais como: Plano de Metas 2018-2021, Plano Plurianual - PPA Municipal 2018-2021, Pacto pela Saúde/SISPACTO, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), Planos Municipais de Saúde anteriores e Plano Estadual de Saúde 2018-2021.

A Portaria nº 1, de 28/09/2017, do Ministério da Saúde, estabeleceu que os instrumentos para o planejamento no âmbito do SUS são o Plano de Saúde, as respectivas Programações Anuais e o Relatório de Gestão, os quais devem ser compatíveis com “os instrumentos de planejamento e orçamento de governo, quais sejam: O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), em cada esfera de gestão”.

De acordo com a referida Portaria:

- O Plano de Saúde, instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos, explicita os compromissos do governo para o setor da saúde e reflete, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e as peculiaridades de cada esfera.
- A Programação Anual de Saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no Plano de Saúde e tem por objetivo atualizar as metas do Plano de Saúde e prever a alocação dos recursos orçamentários a serem executados.
- O Relatório de Gestão é o instrumento de gestão com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da PAS e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde.

Neste trabalho, são pressupostos: a defesa do SUS nas peculiaridades dos territórios, resolutividade da rede com qualidade, fortalecimento da Atenção Básica como coordenadora do sistema de saúde, gestão do cuidado, gestão municipal potencializada com a contribuição dos parceiros e participação social, promovendo o cuidado eficiente, oportuno, e com equidade para a população.

Com esse foco, o objetivo da Diretoria Municipal de Saúde Pública de Mongaguá é realizar a atenção à saúde na cidade, nas dimensões de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, conforme os princípios do SUS, respeitando as especificidades da cidade.

O Plano Municipal de Saúde 2022-2025 foi organizado de forma a permitir uma orientação clara para a gestão, os trabalhadores de saúde e os cidadãos. Seu processo de trabalho foi conduzido com a assessoria da equipe técnica do Departamento Regional de Saúde - DRS-IV e da Diretora Municipal de Saúde Pública de Mongaguá, a qual deu suporte a todas as áreas para elaboração dos seus objetivos e metas, atendeu a dúvidas, revisou e consolidou os conteúdos recebidos.

Este plano está organizado de acordo com eixos temáticos e diretrizes que foram pensados com o objetivo de promover o acesso qualificado aos serviços de saúde, respeitando as especificidades do território, tais como:

- Análise de situação, diretrizes, identificação, priorização causas e nós críticos dos problemas
- Objetivos, Metas e Ações
- DIGISUS, Indicadores, Monitoramento e Comunicação de Plano
- Eixo 1 - Atenção Básica
- Eixo 2 - Atenção a Média Complexidade
- Eixo 3 - Atenção à Urgência e Emergência
- Eixo 4 - Vigilância em Saúde
- Eixo 5 - Assistência Farmacêutica
- Eixo 6 - Gestão do SUS no Município
- Eixo 7 - Controle Social na Gestão do SUS no Município

Eixo Temático é um conjunto de temas que orientam o planejamento de um determinado trabalho, funcionando como um suporte ou guia. Definir o eixo temático significa limitar os conteúdos abrangidos pelo assunto principal, não dando espaço para a digressão, ou seja, a divagação para outros temas secundários.

2. Município de Mongaguá – Diagnóstico Situacional

2.1 Perfil Demográfico e Socioeconômico

Mongaguá é um município da Região Metropolitana da Baixada Santista, localizada no Litoral Sul do Estado de São Paulo, no Brasil. A população recenseada em 2010 era de 46.310 habitantes e a área é de 137 km², resultando em uma densidade demográfica de 323,45 habitantes por km². Em 2018, a população foi estimada em 55.731 habitantes, segundo o IBGE, com densidade demográfica de 326,00 hab./km², inserida no Grupo 5 – municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais, tanto no IDHM (0,754 – IBGE-2010), como no IPRS 2012-2014, que indica que o cenário agregado da cidade mantém-se abaixo do patamar médio estadual. A população em extrema pobreza é de 5,91% (Ministério da Saúde-2010). Por estimativa, em 2021 a população é de 58.567 pessoas (IBGE).

§ Registramos que: Densidade demográfica, densidade populacional ou população relativa é a medida expressa pela relação entre a população e a superfície do território, geralmente aplicada a seres humanos, mas também em outros seres vivos (comumente, animais). É sempre expressa em habitantes por km².

O topônimo (nome geográfico) Mongaguá origina-se da denominação dada pelos indígenas que na região viviam. Eles batizaram o local de “Mongaguá” - que em TUPI significa “Águas Mongas” ou, segundo Eduardo Navarro, “enseada da substância pegajosa” (monga - “substância pegajosa” + kûá - “enseada”). Porém, outros nomes também foram atribuídos à região, tais como: “Terra dos Santos dos Milagres”, “Terra dos padres” e “Rio Fantasma”.

Por volta do ano 1000, a região foi invadida por povos do Tronco Tupi provenientes da Amazônia. Eles expulsaram os habitantes anteriores, chamados Tapuias, para o Interior do Continente. Na época da chegada dos primeiros europeus à região, no Século XVI, os Guaranis habitavam as margens dos Rios Mongaguá e Aguapeú.

O português Martim Afonso de Sousa desembarcou nas Ilhas de São Vicente em 1532. Naquele momento, foi criado o primeiro núcleo populacional de origem portuguesa no Brasil. Durante o Brasil Colônia, parte do atual município de Mongaguá pertencia à Capitania de São Vicente e parte pertencia à Capitania de Itanhaém. Em 1776, Bonifácio José Ribeiro de Andrada, pai do “Patriarca da Independência”, José Bonifácio de Andrada e Silva, adquiriu, através de um leilão público, o Sítio Mongaguá.

Em 1910, foi construído o Hotel Balneário Marinho, que estimulou o turismo na cidade. Atualmente, o prédio abriga o Paço Municipal, sede da prefeitura da cidade.

Em 1913, foi criada a Companhia Melhoramentos da Praia Grande, visando estimular a ocupação da região. Porém o empreendimento não obteve êxito. Em 1937, com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana, a ocupação da região se intensificou. Em 1938, foi criado o distrito de Itariri (ou Itarari), subordinado ao município de Itanhaém. Em 1948, o Distrito de Itariri mudou sua denominação para Mongaguá pela Lei nº 233.

Em 7 de dezembro de 1959, a emancipação em relação a Itanhaém foi obtida, elevando Mongaguá à categoria de município. A ocupação da região se intensificou com a construção da Rodovia Padre Manuel da Nóbrega (SP-55), em 1961.

A cidade é economicamente ativa, mas intrinsecamente ligada ao setor de turismo, ou seja, detém setores sazonais, que são aquecidos notoriamente em épocas de férias e alta temporada. Em 2017, o salário médio mensal era de 2,3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13.4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 260 de 645 e 538 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 905 de 5570 e 2485 de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 60 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 2930 de 5570 dentre as cidades do Brasil. A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 14 para 1.000 nascidos vivos (SIM/Sinasc-2019).

Dentro dos preceitos de atendimento universal por meio do SUS, o Poder Público Municipal promove o atendimento aos pacientes nas diversas unidades de saúde, abrangendo estruturas básicas e de pronto-socorro, além dos pacientes que se encontram acometidos por patologias que os impossibilitam a locomoção e permanecem acamados em suas residências.

Geograficamente, Mongaguá assim pode ser localizada:

Topografia: 60% planície, 40% planalto.

Altitude: em terreno plano nas zonas urbanas e rurais, a altitude é de apenas 2 metros em relação ao nível do mar.

- Limites
Norte: São Vicente
Sul: Oceano Atlântico
Leste: Praia Grande
Oeste: Itanhaém

2.2. Hidrografia

- Rio Branco
- Rio Aguapeú
- Rio Bichoró
- Rio Mineiro
- Rio Mongaguá
- Oceano Atlântico

2.3. Bairros

- Flórida Mirim
- Plataforma
- Itaguaí
- Agenor de Campos
- Área Rural
- Jussara
- Itaóca
- Jardim Praia Grande
- Vila Atlântica
- Vera Cruz
- Centro
- Pedreira
- Vila São Paulo

2.4. Clima

O Clima de Mongaguá é o subtropical úmido sem meses, devido à proximidade com a Serra do Mar junto ao Oceano Atlântico, com verões quentes e invernos brandos, sendo os meses mais quentes janeiro e fevereiro, com uma média de 25°C, e o mais frio julho, com uma média de 18°C.

2.5. Demografia

Código do Município no IBGE: 3531100 / Gentílico: Mongaguense
Prefeito: Marcio Melo Gomes / Vice-Prefeito: Rafael Luiz Redó Garcia

POPULAÇÃO

População estimada (2020)	57.648 pessoas
População no último censo (2010)	46.293 pessoas

2.6. Comunicação

A cidade foi atendida pela Cia. Telefônica de Itanhaém até 1976, quando passou a ser atendida pela Telecomunicações de São Paulo (TELESP), que construiu as centrais telefônicas utilizadas até os dias atuais. Em 1998 esta empresa foi privatizada e vendida para a Telefônica, sendo que em 2012 a empresa adotou a marca Vivo para suas operações de telefonia fixa e móvel.

2.7. Transportes

O principal acesso a Mongaguá se dá pela Rodovia Padre Manuel da Nóbrega (SP-55).

2.8. Religião

Mongaguá faz parte da Diocese Católica de Santos. Na entrada da cidade, no alto do Morro dos Macacos, sentido Itanhaém, lado esquerdo, tem a inscrição com o nome do município, aos pés da imagem gigante de Nossa Senhora Aparecida, padroeira de Mongaguá. Em frente à praia, no Jussara, há o Oduduwa, Templo dos Orixás. Próximo à Plataforma de Pesca, em Agenor de Campos, tem a Estátua de Iemanjá, como símbolo de Protetora.

2.9. Turismo

Mongaguá é um dos 15 municípios paulistas considerados Estância Balneária pelo Governo do Estado de São Paulo, por cumprirem determinados pré-requisitos definidos em lei. Tal status garante a esses municípios uma fatia de recursos orçamentários para a promoção do turismo regional. O município também adquire o direito de agregar junto a seu nome o título de Estância Balneária, termo pelo qual passa a ser designado tanto pelo expediente oficial quanto pelas referências estaduais.

2.10. Pontos turísticos

- Praias
- Parque Ecológico A Tribuna
- Belvedere
- Praça Dudu Samba
- Zona Rural
- Poço das Antas
- Estátua de N. S. Aparecida
- Plataforma de Pesca
- Feiras de Artesanato

2.10.1. Bandeira



2.10.2. Brasão



Aniversário
Fundação
Lema

7 de dezembro
7 de dezembro de 1959 (61 anos)
Et pluribus unum - "De muitos, um"

MONGAGUÁ/SP

2.11. – Localização



Localização da Estância Balneária de Mongaguá em São Paulo



Estância Balneária de Mongaguá
Localização da Estância Balneária de Mongaguá no Brasil



24° 05' 13" S 46° 37' 44" O

Unidade federativa

São Paulo

Região intermediária

São Paulo IBGE/2017 ^[1]

Região imediata

Santos IBGE/2018

Região metropolitana

Baixada Santista

Municípios Limítrofes	Itanhaém, Praia Grande e São Vicente
Distância até a Capital	93 Km
CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS	
Área	143,171 Km²
População	57.648 hab. Estimativa IBGE-2020
Densidade	389,26 hb./km²
Altitude	18 m
Clima	Subtropical Cfa
Fuso Horário	UTC-3
INDICADORES	
IDH-M	0,754 alto PNUD-2010
PIB	R\$ 359.316,695 mil IBGE-2008
PIB per capita	R\$ 17.115,56 IBGE-2016
PÁGINA OFICIAL: http://www.mongagua.sp.gov.br	

3. Rede Física instalada

	Qt.	SUS	Priv.
Ambulatório de Saúde Mental	01	01	00
Unidades de Saúde da Família	09	09	00
Equipes da Estratégia de Saúde da Família	10	10	00
Pronto Socorro	02	02	00
Unidade Móvel de Urgência e Emergência nível pré-hospitalar - SAMU	01	01	00
Centro de Fisioterapia	01	01	00
Hospital Municipal	01	01	00
Unidade de Vigilância Epidemiológica/Sanitária/Zoonoses	01	01	00
Unidade de Apoio de Diagnóstico (Terceirizado)	01	01	00
Academia da Saúde	01	01	00
Farmácia Municipal	01	01	00
Departamento de Saúde	01	01	00
Regulação do Acesso a Ações e Serviços de Saúde	01	01	00
SAE - Serviço de Assistência Especializada (DST/AIDS)	01	01	00

Unidade de Vigilância de Zoonoses - UVZ 1 unidade
Agentes de combate a endemias

A estrutura de Saúde do município é composta por 1 Hospital Municipal com Pronto Socorro Infantil; 1 Ambulatório de Especialidades (Pediatria, Ginecologia, Cardiologia, Ortopedia, Neurologia, Vascular, exames de ultrassonografia, radiografia e endoscopia); 9 Unidades de Saúde da Família (USFs) com 10 equipes de Estratégia de Saúde da Família – ESFs, o que representa aproximadamente 1 unidade para aproximadamente 6.405 habitantes e cobertura de 65% da população, além de 56 Agentes Comunitários de Saúde – ACSs, representando 57,78% de cobertura (e-Gestor maio-2019); 1 Unidade de Pronto Atendimento (UPA); 1 Pronto Socorro Central; 1 Base do SAMU; 1 Unidade de Saúde Mental; 1 Unidade de Serviço de Atendimento Especializado – SAE/ISTs; 1 Centro de Fisioterapia; 1 Central de Agendamento de Transporte (exames e consultas fora do município); 1 Central de Agendamento de Consultas para procedimentos de média e alta complexidade regulados pelo sistema CROSS; e 1 Central de Ambulâncias contando com 10 veículos. Em 2021 Mongaguá passará a contar com mais 2 grupos de ESFs, totalizando 12.

Estruturas Física	USF PEDREIRA	USF VILA ATLÂNTICA	USF ITAGUAÍ	USF VILA OPERÁRIA	USF JARDIM PRAIA GRANDE	USF JUSSARA	USF JARDIM PRIMAVERA	USF FLÓRIDA MIRIM	USF AGENOR CAMPOS	SAE	AMB. SAÚDE MENTAL
Consultórios	02	03	03	05	04	03	01	03	02	03	02
Consultórios com WC	01	02	02	02	02	02	01	01	01	01	02
Banheiros	03	04	04	04	04	04	03	04	03	03	02
Sala de Curativos	01	01	01	01	01	01	01	01	01	00	00
Sala de Nebulização		00	00	00	01	00	01	00	00	00	00
Salas de Vacinas	01	01	01	01	01	01	01	01	01	00	00
Sala de Administração Medicamentos	01	01	01	01	01	00	00	00	00	01	01
Copa	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
CME		01	01	01	01		01	00	00	00	00
Consultório Odontológico	01	01	01	01	01	01	01	01	01	00	00
Sala de Reuniões	01	01	00	01	01	01	0	01	01	01	01
Farmácia		01	01	01	01	00	0	00	01	01	00
Sala de Coletas de Materiais	01	01	01	01	01	01	0	00	00	00	00

Fonte: Diretoria Municipal de Saúde Pública

O quadro abaixo demonstra os quantitativos de profissionais do SUS:

AUTÔNOMO	
TIPO	TOTAL
Pessoa Física	157
VÍNCULO EMPREGATÍCIO	
Emprego Público Celetista	214
Contratado Temporário por prazo determinado	61
OUTROS	
Bolsista (Programa Federal 'Mais Médicos')	05

Fonte: CNES (competência 02/2020)

NÍVEL DE COMPLEXIDADE	UNIDADES	LOCAL/Município
ATENÇÃO BÁSICA	9 USFs, 1 SAE, 1 Ambulatório Saúde Mental, 1 Centro de Fisioterapia	Mongaguá
MÉDIA COMPLEXIDADE	AME	Praia Grande
ALTA COMPLEXIDADE	Hospital Irmã Dulce Hospital Regional Itanhaém Hospital Guilherme Álvaro	Praia Grande Itanhaém Santos
OUTROS SERVIÇOS	Farmácia / SAMU 192	Mongaguá

4. Urgência e Emergência

A Rede de Atendimento de Urgência e Emergência no município é composta por 1 (um) Pronto Socorro Central - situado na Avenida São Paulo, no bairro Vera Cruz, e 1 (uma) Unidade de Pronto Atendimento (UPA) - situada na Avenida Monteiro Lobato - no bairro Agenor de Campos (ao lado da Escola Estadual Agenor de Campos) - ambos funcionando 24 horas ininterruptas com médicos clínicos plantonistas e equipes multidisciplinares.

Mongaguá também contempla uma base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) - serviço este conveniado ao SAMU Regional de Itanhaém, composto por 2 (duas) Unidades de Suporte Básico (USB) e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado (USA), bem como o Hospital e Maternidade "Dra. Adoniran Correa Campos" para urgências obstétricas e pediátricas.

O município ainda possui rede de atendimento às emergências psiquiátricas, sendo estas atendidas no Pronto Socorro Central e encaminhadas ao hospital de referência: Polo de Atenção Intensivo (PAI), localizado em Santos (ao lado do Hospital Guilherme Álvaro).

5. Hospitalar

Mongaguá atualmente conta com um Hospital e Maternidade, cujo atendimento é de 24 horas ininterruptas nos consultórios pediátricos. A unidade é de pequeno porte para assistência de baixa complexidade, gerada pela autarquia denominada EMUS (Empresa Municipal de Saúde), mantida com recursos do Tesouro Municipal.

LEITOS	SUS	TOTAL
Leito Cirúrgico	00	00
Leito Obstétrico	10	10
Leito Pediátrico	13	13
Leito Clínico	11	11
Leito Urgência e Emergência	04	04

Fonte: CNES (competência 05/2021)

5.1. CENTRO MÉDICO "ANA MARIA LUCIO PEREIRA"

O Centro Médico "Ana Maria Lucio Pereira" reúne diversas especialidades e procedimentos, e está situado à Rua Ubatuba, 977, no bairro Agenor de Campos, onde se localizava o antigo Pronto Socorro de Agenor de Campos, prédio de responsabilidade da Prefeitura de Mongaguá mas gerido pela autarquia EMUS, tendo como alicerces a humanização no cuidado, a qualidade no atendimento e a prestação de serviços que atendam com segurança às necessidades dos usuários.

A unidade foi inaugurada em agosto de 2020 e o nome é uma homenagem à farmacêutica Ana Maria Lucio Pereira, esposa do também farmacêutico e primeiro prefeito de Mongaguá, José Pereira Filho, que implantou a Farmácia Atlântica, em 1955, que atendida e cuidava da população.

É composta por uma recepção ampla, 1 sala de administração, 5 consultórios, 1 sala de eletrocardiograma, 1 sala de curativo, 1 consultório de enfermagem, 3 banheiros para pacientes, 2 vestiários para funcionários, 1 almoxarifado, 1 cozinha e 1 refeitório.

Equipamentos: computadores em todos os consultórios, recepção e administração; impressoras wi-fi que estão distribuídos na recepção, administração e consultório enfermagem; balanças corporais profissionais, sendo uma infantil; termômetro infravermelho digital de testa; aparelho televisor na recepção e climatização com ar condicionado em todos os ambientes.

O local oferece os seguintes serviços: Cardiologia, Ginecologia, Vascular, Otorrinolaringologista, Dermatologista, Ultrassonografia com Doppler, Gastroenterologia, Neurologia, Pediatria de Alto Risco, Pré-Natal de Alto Risco, Ultrassonografia (articulação, abdômen superior, abdômen total, aparelho

urinário, próstata abdominal, partes moles, tireoide, parede abdominal, obstétrica, pélvico, mama e transvaginal), exames: Eletrocardiograma e Cardiotocografia, e curativos vasculares.

A unidade funciona das 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira. Diariamente são realizados atendimentos a pacientes agendados de acordo com os programas estabelecidos, encaminhados pelas USFs, e agendados pela Central de Regulação de Vagas Municipal.

Em 1 ano de funcionamento, estatisticamente, foram realizados 18.086 atendimentos, em todas os serviços prestados, sendo, 3.565 atendimentos de Ortopedia, 1.791 de Cardiologia, 1.559 de Vascular, 882 de Neurologia, 848 de Otorrinolaringologia, 758 de Dermatologia, 733 de Ginecologia, 1.149 de Obstetrícia, 553 de Gastroenterologia, 465 de Pediatria, 105 de Oncologia, 3.895 exames de Ultrassonografia, 374 Ultrassons Doppler venoso/arterial, e 1.409 de Eletrocardiograma.

A equipe é composta pelos seguintes profissionais: 2 auxiliares administrativos, 1 enfermeira, 2 técnicos de enfermagem, 2 recepcionistas, 1 controlador de acesso, 1 auxiliar de serviços gerais. E ainda: multiprofissionais que prestam atendimento conforme cada especialidade: 1 cardiologista, 1 ginecologista, 2 obstetras, 2 ortopedistas, 1 neurologista, 1 dermatologista, 1 pediatra, 1 vascular, 2 médicos para exames de ultrassonografia, 1 oncologista, 1 otorrinolaringologista e 1 gastroenterologista.

6. Apoio Diagnóstico e Terapêutico (Atendimentos Ambulatoriais)

O Laboratório Itapema, por contratação de Prestação de Serviços Terceirizados, realiza exames, análise de clínicas e bioquímica.

Em relação aos exames de imagem, como Ultrassom, estes também são realizados por Prestadores de Serviços Especializados Terceirizados, e suas atividades principais dos contratos mantidos com o município são realizado no Hospital Municipal, no Centro Médico ou em sede própria.

Fisioterapia - O município realiza atendimento através do Centro de Fisioterapia, localizado no bairro Itaguaí, devidamente referenciado pelos ortopedistas que atendem no Hospital Municipal, Centro Médico e Pronto Socorro Central. É um importante serviço de fisioterapia ambulatorial, que inicialmente foi instituído para assistir pacientes crônicos, mas que acabou abrangendo as demais atividades correlatas, como o atendimento a pacientes de neurologia e ortopedia, contemplando fraturas e pós-operatório, além da fonoaudiologia, todos com encaminhamento das unidades básicas e do Hospital Municipal, ou seja, pacientes SUS.

Assim, o espaço precisa receber constantemente um trabalho de reparo e modernização, o que, inclusive, encontra-se na lista de prioridades da Administração Municipal. Porém, aguarda recursos orçamentários para tal. A unidade, que conta com a colaboração de 6 fisioterapeutas e 2 fonoaudiólogas, além do corpo administrativo, registra atualmente cerca de 300 atendimentos semanais, no total, entre fisioterapia e fono, sendo que cada paciente realiza 10 sessões e são encaminhados para reavaliação médica. Este número equivale a cerca de 1.200 atendimentos/mês e aproximadamente 14.000 por ano.

O prédio contempla recepção, dois banheiros públicos, sala de eletroterapia, sala de turbilhão, sala de fonoaudiologia, sala de fisioterapia infantil, sala de cinesioterapia, cozinha, banheiros dos funcionários, almoxarifado e sala administrativa, toda a estrutura estabelecida em uma área de 387,38 m².

Mamografia - Os exames estão sendo realizados no AME (Ambulatório Médico de Especialidades) Regional, situado no município de Praia Grande, por intermédio de agendamento da Central de Regulação de Vagas Municipal. E, ainda, há este atendimento por meio de Prestador de Serviço Terceirizado.

Saúde Mental – O serviço de psiquiatria e psicologia ambulatoriais é contemplado na Unidade de Saúde Mental, com atendimento e acompanhamento psicobiológico. A unidade conta com aproximadamente 4.000 pacientes cadastrados sendo matriciados para a Atenção Básica do município. A quantidade de pacientes cadastrados representa quase 7% da população do município.

O município trata, em curso adiantando, a implantação de uma unidade CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) I, modelo de estrutura terapêutica intermediária entre a hospitalização integral e o

acompanhamento ambulatorial. É um serviço de saúde aberto e comunitário do SUS, desenvolvendo programas de reabilitação psicossocial. A estrutura deve ser erguida no bairro Vila Atlântica.

7. Alta Complexidade

O município não contempla serviços de Alta Complexidade. Consultas e exames médicos especializados são viabilizados por meio de vagas reguladas via Sistema CROSS (Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde), gerenciado pelo Governo do Estado e operado no município pela equipe da Central de Regulação de Vagas, conforme Pactuação Estadual, cujas demandas são assistidas em unidades-referência de saúde pública em cidades da Região Metropolitana da Baixada Santista, Capital e Interior do Estado.

8. Regulação

A regulação de vagas para intervenções especializadas e para serviços de Urgência e Emergência é realizada através do CROSS (Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde), gerido pelo Governo do Estado.

Na área Psiquiátrica para Álcool e Drogas, a regulação é realizada, principalmente, através do Pronto Socorro Central, o qual contata a Central de Regulação de Vagas Regional, situada na DRS-IV, em Santos, que geralmente faz a liberação das vagas e encaminha.

A Diretoria Municipal de Saúde Pública disponibiliza como serviços, a Central de Regulação de Vagas Municipal e o Transporte para tratamento Fora do Domicílio (TFD), seja para consultas e/ou realizações de exames diversos.

9. Recursos Financeiros

O financiamento do SUS é feito pelas três esferas de governo, ou seja, Federal, Estadual e Municipal, exatamente como determina o art. 197 § 1º da Constituição Federal de 1988, que estabelece as fontes de receita para custear as despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Os percentuais de investimento financeiro são definidos atualmente pela Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012, resultante da sanção presidencial da Emenda Constitucional nº 29, por meio da qual, municípios e Distrito Federal devem aplicar anualmente, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos em ações e serviços públicos de saúde, cabendo aos estados 12%. No caso da União, o montante aplicado deve corresponder ao valor empenhado no exercício financeiro anterior, acrescido do percentual relativo à variação do Produto Interno Bruto (PIB) do ano antecedente ao da Lei Orçamentária Anual.

Mongaguá historicamente sempre aplicou acima de 15% da arrecadação em ações e serviços públicos de saúde, como podemos destacar nos anos de 2016 a 2020, no quadro abaixo:

ANO	INDICADOR (%)
2016	28,44
2017	25,34
2018	29,01
2019	26,55
2020	27,32

Fonte: Diretoria Municipal de Finanças

Dadas as circunstâncias atípicas de justificativas da emissão deste documento, podemos tomar a liberdade e registrar que no ano de 2021 o percentual fora de 33,00% do total da arrecadação gastos com ações e serviços públicos de saúde, bem como podemos ainda anotar o financiamento destinado a Mongaguá, por repasses Fundo a Fundo do citado ano, sendo:

Bloco de Financiamento	Valor/Ano - 2020
Atenção Básica	R\$ 3.958.725,96
Vigilância em Saúde	R\$ 409.702,09
Média e Alta Complexidade	R\$ 3.693.960,94

Assistência Farmacêutica	R\$ 188.445,43
--------------------------	----------------

Fonte: Fundo Nacional de Saúde

Os arts. 1º a 8º e 1.147º a 1.154º da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017 - Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do SUS, regulamentam o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde na forma de blocos de financiamento, quais sejam:

- Atenção Básica
- Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
- Vigilância em Saúde
- Assistência Farmacêutica
- Gestão do SUS
- Investimentos na Rede de Serviços de Saúde

10. Recursos Humanos - Número de profissionais por estabelecimento de saúde

1)

PROFISSIONAIS	USF PEDEREIRA	USF VILA OPERÁRIA	USF JARDIM PRAIA GRANDE	USF JUSSARA	USF JARDIM PRIMAVERA	USF FLÓRIDA MIRIM	USF VILA ATLÂNTICA	USF AGENOR DE CAMPOS	USF ITAGUAÍ
Enfermeiras	01	02	02	02	01	01	01	01	01
Agentes Comunitários	04	05	10	06	06	04	05	03	05
Médicos	01	02	01	01	02	01	01	01	01
Atendentes de Recepção	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Auxiliar de Enfermagem	00	00	00	02	01	00	02	01	00
Técnico de Enfermagem	01	02	01	00	01	01	00	00	01
Servente	01	01	02	01	02	01	02	01	01
Motorista	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Chefe de Ambulatório	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Veterinário	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Agente de Endemias	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Dentista	00	00	01	01	02	02	02	02	00
Fisioterapeuta	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Assistente Social	02	00	00	00	00	00	00	00	00
Fonoaudiólogo	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Farmacêutico	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Psicólogas	00	00	00	00	00	00	00	00	00

Fonte: CNES (competência 06/2021)

2)

	CENTRO DE FISIOTERAPIA	AMB. SAÚDE MENTAL	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	UNIDADE DE VIGILÂNCIA DE ZOONOSSES	CENTRAL DE AMBULÂNCIA
Enfermeiras	00	00	00	03	00	00
Agentes Comunitários	00	00	00	00	00	00
Médicos	00	03	00	00	00	00
Atendentes de Recepção	02	02	01	04	01	04
Auxiliar de Enfermagem	00	00	00	04	00	00
Técnico de Enfermagem	00	01	00	04	00	00
Servente	01	01	00	01	01	00
Motorista	01	00	01	02	02	09

Chefe de	01	01	01	01	01	00
Médico Veterinário	00	00	01	00	01	00
Agente de combate de Endemias	00	00	00	00	16	00
Dentista	00	00	00	00	00	00
Fisioterapeuta	06	00	00	00	00	00
Assistente Social	00	00	00	00	00	00
Fonoaudiólogo	02	00	00	00	00	00
Farmacêutico	00	01	01	00	00	00
Psicólogas	00	02	00	00	00	00
Engenheiro			01			
OPERARIO					02	
Fiscal			01			
escriturária			01			

Fonte: CNES (competência 06/2021)

3)

PROFISSIONAIS	P.S./UPA	SAE	FARMÁCIA	SAMU	REGULAÇÃO
Motorista e/ou Motorista Socorrista	01	01	01	11	01
Farmacêutico	01	01	02	00	00
Médico	04*	01	00	00	00
Médico Intervencionista	00	00	00	07	00
Médico Ortopedista	**	00	00	00	00
Coordenador de Prevenção	00	01	00	00	00
Psicóloga	00	00	00	00	00
Atendente de Recepção	08	02	04	00	00
Coord. Faturamento SIAB	00	00	00	00	00
Técnico de Raio-X	14	00	00	00	00
Auxiliar Administrativo	04	02	05	01	06
Enfermeiro	10	01	00	01	00
Servente	04	01	01	02	00
Cozinheiro	08	00	00	00	00
Auxiliar de Enfermagem	34	00	00	00	00
Técnica(o) de Enfermagem	35	01	00	08	00
Dentista	00	00	00	00	00
Técnica(o) de Enfermagem em Motolâncias	00	00	00	04	00
Assistente Social	00	00	00	00	00
Enfermeiro Intervencionista	00	00	00	04	00
Chefe Administrativo	03	01	00	02	00
Coordenador Médico	01	01	00	01	00

Fonte: CNES (competência 06/2021) *Escala médica terceirizada, tendo a composição de pelo menos 4 médicos por plantão de 12 horas. Os 4 mencionados são concursados vinculados à unidade. ** Escala médica de ortopedia também terceirizada, sendo que a Unidade de Atendimento é o Pronto Socorro Centra, que, igualmente, tem a gestão plena terceirizada.

11. Eixos

Este Plano Municipal está organizado de acordo com eixos temáticos que foram pensados com o objetivo de promover o acesso qualificado aos serviços de saúde, respeitando as especificidades do território, assim serão explanados a seguir:

- **Eixo 1 - Atenção Básica**
- **Eixo 2 - Atenção a Média Complexidade**
- **Eixo 3 - Atenção à Urgência e Emergência**
- **Eixo 4 - Vigilância em Saúde**
- **Eixo 5 - Assistência Farmacêutica**
- **Eixo 6 - Gestão do SUS no Município**
- **Eixo 7 - Controle Social na Gestão do SUS no Município**

11.1 Eixo 1 - Atenção Básica

Diretriz 1

- Garantir o acesso da população, em tempo oportuno, aperfeiçoar a qualidade dos serviços de saúde e integrar a atenção básica e especializada.

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADOR	RECURSOS
Melhora da cobertura vacinal.	alcançar 90% da cobertura vacinal (pentavalente, poliomielite) em crianças menores de 1 ano de acordo com o calendário básico da criança de acordo com os indicadores	- Atualizar as carteiras vacinais; - Interação com a rede de ensino; - Complementar campanhas vacinais, com calendário suplementar. - Ampliar horário de atendimento vacinal.	proporção de crianças de 1 ano vacinadas na APS com pentavalente e polioinativada.	- PAB - Vigilância em Saúde - Próprio
Melhorar o serviço de odontologia na atenção básica.	9 unidades de saúde da família com atendimento odontológico.	- Contratação de auxiliares de consultório odontológico, - Cadastrar as equipes bucal na USF 100% até 2025.	número de unidades básicas de saúde com atendimentos odontológicos	- PAB - Vigilância em Saúde. - Próprio
Atingir cobertura total de Agente Comunitário de Saúde no território municipal.	alcançar em 80% da cobertura de atenção básica	- Processo seletivo para Agente comunitário de Saúde.	percentual de população cadastrada (captação ponderada na atenção primária em saúde)	- PAB - Vigilância em Saúde.

Diretriz 2

- Promover o cuidado integral às pessoas em seus diferentes ciclos de vida, considerando os segmentos específicos da população.

11.1.3 Saúde da Mulher

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADOR	RECURSOS
Implantar a rede de atenção integral à saúde da mulher	Aumentar a cobertura de mulheres com coleta de citopatológico na Atenção Primária em Saúde descentralizar o Planejamento Familiar para 3 unidades de atenção básica. Aumentar a razão de mamografias de rastreamento nas mulheres de 50 a 69 anos	Rastreamento da população alvo de mulheres de 25 a 64 anos; Realizar 02 campanhas anuais nas 9 unidades de saúde da família com horários alternativos para facilitar o acesso ao serviço e exames de prevenção ao CA de colo e mama. Contratar 03 Assistentes Sociais para fortalecer a rede de planejamento familiar;	proporção de mulheres com coleta de citopatológico na atenção primária em saúde número de unidades com planejamento familiar descentralizados razão de mamografias de rastreamento nas mulheres de 50 a 69 anos	- PAB - Próprio

11.1.3 Mortalidade Infantil

MORTALIDADE INFANTIL	
ANO	COEFICIENTE
2.019	12,9
2.020	14,09
2.021 (janeiro a maio)	24,8

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADOR	RECURSOS
Diminuir a taxa de mortalidade infantil	Aumentar a proporção de gestante com 6 consultas de pré-natal. Aumentar a captação precoce dos RNs até 30 dias após nascimento;	Qualificar e ampliar a assistência ao pré-natal -Intensificar a captação de gestantes ainda no 1º trimestre de gestação -Implantar o projeto Kit Maternidade -Qualificar a assistência ao RN -Promover ações que estimulem o aleitamento materno e capacitações voltadas para amamentação segura. Criação de comissão para intensificar as investigações dos óbitos infantis	Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas. Proporção de crianças acompanhadas no primeiro mês na APS.	

Integração de Serviços em Referência os Cuidados

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADOR	RECURSOS
-Implantar Protocolos.	Implantar Protocolos de Atendimento e Referência em 30% da Rede.	Estabelecer quais os protocolos prioritários e os fluxos de cada serviço e capacitação aos protocolos.	Percentual de equipamentos de urgência e emergência, atenção primária, especialidades e regulação com protocolo implantado X equipamentos da rede	- PAB - Próprio

População indígena

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADOR	RECURSOS
-Integrar os serviços de saúde Municipais e específicos que atendem a população indígena	- Realizar atendimento integrado entre 50% dos serviços específicos e a rede municipal especializada e de emergência.	- Reuniões periódicas de integração, elaboração de fluxograma e protocolos de encaminhamento.	- Número de serviços integrados de atenção específica / número de serviços de urgência / emergência e especializados total.	- PAB - Próprio

Comunidade Terapêutica e Fortalecimento das Esferas

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADOR	RECURSOS
-Ter atendimento nas comunidades terapêuticas conforme o preconizado pelo SUS.	-Até 2025 ter integração da vigilância sanitária e saúde mental, no acompanhamento das comunidades terapêuticas existentes.	-Manter aproximação com Ministério Público. - Reunião de Integração dos representantes intersetoriais intensificando fiscalização e educação compartilhada.	/Nº de comunidades em acompanhamento integrado / Nº total de comunidades terapêuticas cadastradas no Sistema de Informação da Vigilância Sanitária a	- PAB - Próprio Teto financeiro em Vigilância em Saúde

11.2.1 Área Programática: Saúde Mental

OBJETIVO	META	AÇÃO	INDICADOR	RECURSO
Ampliar acesso à atenção psicossocial da população em geral e organizar a oferta de serviços especializados em Saúde Mental de forma a propiciar a desinstitucionalização e desmedicalização dos pacientes. - Promover a vinculação das pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas e suas famílias aos pontos de atenção da rede. - Garantir a articulação e integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território, qualificando o cuidado por meio do acolhimento, do acompanhamento contínuo e da atenção às urgências.	Garantir o atendimento de pacientes com demanda psiquiátrica em até 60 dias no Ambulatório de Saúde Mental. Ampliar o atendimento de pacientes atendidos em vários pontos da rede dentro das suas demandas psiquiátricas. Ampliar projetos terapêuticos para cada paciente de saúde mental nas redes de atendimento.	-Realizar matriciamento na totalidade do ambulatório de saúde mental; -Elaborar projetos terapêuticos singular para cada paciente quando se fizer necessário; -Promover rodas de conversas e orientações com grupo de familiares; -Ofertar tratamento específica para os pacientes dentro das suas demandas; -Promover calendários mutivacionais com objetivo de incentivar os talentos artísticos dos pacientes.	Percentual de pacientes com primeiro atendimento em 60 dias na fila de espera do ambulatório de Saúde Mental. Percentual de pessoas atendidas com transtornos mentais decorrentes do uso de álcool e crack atendidos nos diferentes pontos de entrada. Percentual de pacientes da Saúde Mental com projetos terapêuticos elaborados e realizados	- MAC - PAB - Próprio.

Covid-19

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADOR
-----------	-------	-------	-----------

-Atender a população nas suas necessidades de saúde Pós Covid;	Ampliar para 75% o atendimento Pós-covid de usuários com quadro moderado e grave.	Monitorar, prever RH (psicólogo, fisioterapeuta), aquisição de insumos para atendimento do fisioterapia respiratória;	Percentual de pacientes graves e moderados atendidos.
--	---	---	---

11.4 Eixo 4 - Vigilância em Saúde

11.4.1 Área Programática: Vigilância Sanitária e Unidade de Vigilância de Zoonoses - UVZ

OBJETIVO	META	AÇÃO	INDICADOR	RECURSO
- Fortalecer, estruturar e aperfeiçoar a Vigilância em Saúde para melhorar a qualidade e resolubilidade das ações e serviços por meio do cumprimento dos princípios estabelecidos nas políticas de saúde nacional, estadual e municipal, contribuindo para melhorar a Atenção à Saúde do indivíduo e comunidade.	Realizar 2 ciclos que atinjam mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial de arboviroses.	-Manter recursos humanos, insumos, equipamentos, inseticidas, materiais permanentes e estrutura física para o desenvolvimento das ações, - Promover ações para a vigilância de riscos relacionados a acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos de relevância a saúde pública. - Integração da Atenção Básica e Unidade de Vigilância de Zoonoses nas ações de prevenção ao Aedes aegypti, com parceria Agente de Combate as Endemias ACE e Agentes Comunitários de Saúde -ACS. - Instituir o cargo de supervisor de campo, na proporção de 1 supervisor para cada 20 agentes de combate a Endemias- ACE. - Promover articulação intersetorial e a mobilização social para prevenção e controle de zoonoses	ciclos concluídos com no mínimo 80% de cobertura em imóveis visitados.	Teto Financeiro em Vigilância em Saúde.
Garantir o atendimento oportuno de humano e animal nas notificações de agravos por animais.	encerrar oportunamente das notificações de antirrábicos	- Ofertar postos de atendimento para realização de vacinação antirrábica em cães e gatos no território municipal com unidade volante - Atender as denúncias ou notificações envolvendo animais domésticos com realização de vistoria zoossanitária. - Implementar a rede de frio no UVZ, com aquisição de equipamentos e insumos - Ampliação da oferta do RGA (Registro Geral Animal com microchipagem dos pets. - Promover parceria com o Departamento de Meio Ambiente, para esterilização de cães e gatos.	Percentual de casos encerrados em tempo oportuno.	Teto Financeiro em Vigilância em Saúde

		- Implementar serviço para apreensão de animais de grande porte (equinos, bovinos, etc) - Ampliar ações para estimular a adoção de animais do canil da Unidade de Vigilância de Zoonoses com divulgação em redes sociais, feiras de adoção, etc. Fomentar ações em educação em saúde com apoio do Departamento de Educação a fim de levarmos conhecimento a rede de ensino municipal com temas sobre zoonoses, guarda responsável do animal de estimação, etc. Criação de cargo de assistente de médico veterinário		
--	--	--	--	--

11.4.3 Área Programática: Vigilância Epidemiológica

Objetivos Gerais

A atenção integral à saúde perpassa pela integração das ações e serviços de assistência e vigilância em saúde, bem como pela articulação com outros setores afins, cujas atividades têm impacto sobre a saúde da população. A partir do conhecimento da situação epidemiológica, das realidades de cada território, suas potencialidades e fragilidades, são definidos os serviços e ações de saúde pública necessários para a proteção da saúde da população, a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde. Apesar das doenças do aparelho digestivo representarem a segunda causa de internação, figuram entre a sexta causa de mortalidade específica no CHID.

CAUSAS	Nº DE ÓBITOS	PERCENTUAL
Aparelho Circulatório	437	38,40
Neoplasias	88	7,70
Causas Externas	92	8,10
Aparelho Respiratório	173	15,20
Doenças endócrinas e metabólicas	187	16,50
Aparelho Digestivo	48	4,10
Algumas doenças infecciosas e parasitárias.	47	4,00
Doenças do período Perinatal	13	1,20
Doenças do Sistema Nervoso	25	2,20
Malformações congênitas	2	0,20
Transtornos mentais e comportamentais	20	1,80
Doenças do sangue	04	0,30
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0
Doenças sist. osteomuscular e tec. conjuntivo	2	0,20
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0	0
Gravidez parto e puerpério	01	0,10
Doenças do olho e anexos	0	0
TOTAL	1.139	100,00

Fonte: SIM

Para fechar a exposição de condições socio sanitárias e epidemiológicas, imprescindível a apresentação plena do que ficou conhecido na literatura médica como tripla carga de doenças (Mendes, 2009), onde doenças infecciosas, novas ou reemergentes, problemas de saúde reprodutiva, causas externas e doenças crônicas tripudiam o cenário nacional de morbimortalidade.

AGRAVOS	2012	2013	2014	2015	2016
Atendimento Antirrábico	135	54	76	119	100
AIDS	03	0	16	15	16
Dengue	62	456	7	0	0
Doenças Exantemáticas	0	0	0	1	0
Esquistossomose	01	0	1	0	0

Eventos adversos pós vacinação	0	0	0	0	0
Hepatite Viral	12	8	17	15	12
Leishmaniose Tegumentar	01	0	6	20	5
Leptospirose	09	9	4	11	9
Meningite	16	9	3	14	11
Sífilis não Especificada	01	8	19	32	29
Tuberculose	56	37	31	48	50

Fonte: SINAN

A Região Metropolitana da Baixada Santista oferece condições propícias para a emergência e reemergência de doenças infecciosas e parasitárias, por suas características climáticas, geográficas, ambientais e socioeconômicas e para seu enfrentamento é necessário o fortalecimento da vigilância epidemiológica, especialmente no que diz respeito à sua capacidade de detecção precoce, investir na capacitação dos profissionais, para identificar casos suspeitos e auxiliar no processo de investigação e desencadeamento das medidas de controle.

A identificação de novos agentes infecciosos e o ressurgimento de doenças que se considerava controladas levam as "doenças emergentes e reemergentes" a figurarem hoje ao lado dos efeitos do envelhecimento populacional e da violência urbana, como centro das atenções de profissionais da saúde, acadêmicos, gestores, agentes e atores de políticas públicas, tomando importante questão de saúde pública.

H1N1, Zika Vírus e Chikungunya se destacam como doenças emergentes. Exemplos de doenças reemergentes são Aids, Dengue, Hanseníase, Sífilis (com particular destaque), Tuberculose etc.

CASOS DE ÓBITOS			
ANO	DENGUE	ZIKA VÍRUS	CHIKUNGUNYA
2012	0	0	0
2013	0	0	0
2014	0	0	0
2015	1	0	0
2016	0	0	0

Fonte: SINAN

Amostras e análises de nascidos vivos, tipos de parto e porcentagem quanto às cesáreas:

ANO	NASCIDOS VIVOS	PARTO VAGINAL	PARTO CESÁREO	% DE CESÁREAS
2012	708	282	418	20,42
2013	647	330	316	15,44
2014	677	356	317	15,49
2015	698	365	331	16,17
2016	714	390	324	15,83

Fonte: SINASC

A melhoria do acesso à Atenção Básica também promove impactos nos principais indicadores de saúde, como, por exemplo, nos indicadores de mortalidade e morbidade.

ANO	Nº DE ÓBITOS MENORES DE 1 ANO	Nº DE NASCIDOS VIVOS	COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL
2012	04	708	57,14
2013	00	647	00
2014	01	677	14,29
2015	02	698	28,57
2016	00	714	00

Fonte: SIM/SINASC MUNICIPAL

Ainda que tenhamos dificuldades quanto à existência de leitos obstétricos, Mongaguá tem buscado diversificar estratégias de qualificação do pré-natal, incluindo aumento do número de consultas de pré-natal e puerpério, Educação Permanente integrando as equipes da Atenção Básica e Hospitalar e promovendo agendamento automático informatizado das puérperas e recém-nascidos em alta.

Apesar de contempladas em campanhas nacionais de vacinação, como é o caso das gripes e meningite, as doenças virais merecem sempre cautelosa atenção e perene vigilância.

As ações de vigilância em saúde propostas neste plano buscam enfrentar os desafios identificados no atual cenário epidemiológico do município e implementar uma vigilância em saúde com maior

articulação e trabalho integrado com os diversos órgãos que atuam ou se relacionam com os problemas sanitários e fatores de risco observados em nossa realidade.

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	FONTES
- Avaliar a qualidade do atendimento prestado às gestantes no pré-natal, parto e puerpério, e sinalizar as adequações necessárias para melhoria da qualidade do atendimento e, consequentemente, a redução da mortalidade fetal e infantil.	Aumentar a investigação de óbitos fetais e infantis. .	- Capacitar profissionais com referência a qualidade das informações registradas nos prontuários. - Monitorar a qualidade das informações inseridas no SIM. - Proceder investigação em tempo oportuno - Capacitar as equipes, periodicamente, com atualização dos protocolos.	Proporção de óbitos fetais e infantis investigados.	- Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).
- Aprimorar a atenção à Saúde da Mulher.	Reduzir mortalidade materna	- Detectar casos de óbitos maternos não declarados ou descartar, após investigação, a possibilidade dos óbitos dessas mulheres terem sido maternos, independente da causa declarada no registro original. o que, possibilita, também, identificar fatores determinantes que originaram o óbito materno, com o objetivo de apoiar aos gestores locais na adoção de medidas direcionadas a resolver o problema, que possam evitar a ocorrência de eventos similares.	Números de óbitos maternos.	- Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) - Sistema Local.

Diretriz 3

- Reduzir e prevenir riscos relacionados à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e prevenção.

Objetivo	Meta	Ações	Indicadores
Divulgar boletim epidemiológico em tempo oportuno.	Até 2025 capacitar todos s gestores dos diversos setores para atualização em tempo real de informações necessárias para elaboração de boletim anual epidemiológico.	percentual de gestores capacitados sobre o número de gestores de serviço.	Percentual de gestores capacitados sobre o nº total de gestores de serviços.

Arboviroses

Objetivo	Meta	Ações	Indicadores
- Implementar ações promoção e prevenção em saúde.	Reduzir em 80% os índices de transmissão de arboviroses.	- Criação de calendário com rotinas de ações de prevenção, priorizando dados epidemiológicos (mortalidade, morbidade etc)	Taxa de incidência de arboviroses nos residentes.

		- Intensificar ações de promoção e prevenção a saúde com interface dos setores da saúde e outros departamentos da municipalidade.	
--	--	---	--

11.5 Eixo 5 - Sistema de Atendimento Especializado (SAE)

Objetivo	Meta	Ações	Indicadores
- Implantar a Profilaxia Pré-Exposição de Risco ao HIV - PREP, às populações mais vulneráveis e prioritárias (jovens gays, HSH-homem que faz sexo com outro homem, pessoas trans, profissionais do sexo), mulheres, negros, população indígena e população em situação de rua no município.	- Ofertar atendimento e orientação de Profilaxia Pré-Exposição de Risco ao HIV - PREP para as populações mais vulneráveis e prioritárias, mulheres, negros, população indígena e população em situação de rua no município atendidos pelo SAE.	- Implementar uma unidade dispensadora de medicações para PREP (antirretroviral Tenofovir+emtricitabina). - Divulgar e orienta a populações mais vulneráveis e prioritárias através de panfletos informativos e plataformas digitais sobre os benefícios da PREP - Dispensa de PREP a público com maior vulnerabilidade.	Percentual de profilaxia pré exposição de risco para todos os grupos de risco atendidos.
- Ampliar a terapia antirretroviral/supressão viral nas pessoas vivendo com HIV/Aids (PVHA) já em tratamento no município.	Ampliar em 80% a terapia antirretroviral/supressão viral nas pessoas vivendo com HIV/Aids (PVHA) já em tratamento no município.	- Fornecer apoio para adesão e manutenção ao tratamento ARV com aconselhamento e escuta psicológica. - Resgatar os pacientes faltosos em atraso de terapia antirretroviral do HIV já vinculados ao SAE Mongaguá através de busca ativa junto ao Serviço Social do SAE.	Percentual de pacientes atendidos pelo SAE em terapia antirretroviral em tratamento no município.
- Eliminar a transmissão vertical do vírus HIV no município.	- Manter em zero o número de casos de transmissão vertical do vírus HIV.	- Garantir testagem HIV no pré-natal, diagnóstico e terapia antirretroviral para gestante vivendo com HIV. - Implantar protocolo clínico de profilaxia de transmissão vertical para a maternidade. - Disponibilizar para a maternidade o esquema antirretroviral específico para profilaxia de transmissão vertical para o HIV. - Garantir fórmula láctea específica (período de 6 meses) para recém-nascidos de mães que vivem com HIV impossibilitadas da amamentação materna. - Monitorar bimestralmente as ações acima citadas.	- Número de casos de transmissão vertical do HIV no município.

- Reduzir transmissão vertical de sífilis (congênita) no município.	- Manter em zero número de casos de sífilis congênita no município.	- Garantir testagem para Sífilis no pré-natal (1º e 3º trimestre), diagnóstico e tratamento para a gestante na Atenção Básica. - Incentivar o uso de preservativos também durante o período gestacional. - Garantir testagem e tratamento para Sífilis aos parceiros das gestantes com Sífilis para evitar reinfeção. - Protocolo clínico de tratamento para gestante com Sífilis na Atenção Básica. - Realizar diagnóstico precoce da Sífilis congênita e tratar o recém-nascido exposto à Sífilis Congênita.	- Nº de casos de sífilis congênita no município.
---	---	--	--

11.6 Eixo 6 - Assistência Farmacêutica

Objetivos Gerais

- Aperfeiçoar a Assistência Farmacêutica para melhorar a qualidade e resolubilidade das ações e serviços.
- Ampliar o acesso e melhorar a organização e qualidade da Assistência Farmacêutica.
- Implementar o Modelo de Atenção à Saúde no Município por meio do cumprimento dos princípios estabelecidos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.
- Contribuir sob a ótica da Assistência Farmacêutica para o desenvolvimento do conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, com promoção da Saúde, prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento e reabilitação.

Objetivos Específicos

- Qualificar a Assistência Farmacêutica de forma a garantir a melhoria nas condições de saúde da população.
- Programar a interoperabilidade dos Sistemas Informatizados.
- Participar dos Programas de Capacitação para Assistência Farmacêutica na Região de Saúde.
- Definir Recursos Financeiros para implantação do Modelo proposto e incluir no Planejamento do Município.
- Definir/Planejar os estoques de medicamentos e insumos na lógica da necessidade apresentada.

OBJETIVO	META	AÇÃO	INDICADOR	RECURSO
- Melhoria de acesso. - Implantação de Farmácias. Nas 9 Unidades de Saúde da Família.	Descentralização da dispensação de medicamentos para as 9 Unidades de Saúde da Família e os medicamentos psicotrópicos para futura instalação do CAPS.	- Implantar o Modelo do Sistema de Assistência Farmacêutica Integrada: Infraestrutura. Procedimentos Operacionais Padrão. Protocolos da Assistência Farmacêutica.	unidades básicas de saúde e o CAPS com dispensação de medicamentos..	- Assistência Farmacêutica - PAB - Próprios

11.7 Eixo 7 Gestão do SUS no município

Diretriz 4

Fortalecer a Gestão da Saúde no Município de Mongaguá com foco no Controle Social, na Governança Municipal para Aprimoramento e Reestruturação das Redes de Atenção à Saúde.

OBJETIVO	META	AÇÃO	INDICADOR	RECURSO
----------	------	------	-----------	---------

- Reestruturar a Diretoria Municipal de Saúde, alterando substancialmente para Secretaria Municipal de Saúde.	-Instituir a Secretaria Municipal de Saúde	- Elaboração de legislação específica, organograma e construção de estrutura física própria.	- Secretaria Municipal de Saúde instituída.	- Tesouro Municipal
---	--	--	---	---------------------

Diretriz 5

- Desenvolver Políticas e Ações de Gestão do Trabalho, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

OBJETIVO	META	AÇÃO	INDICADOR	RECURSO
- Garantir Quadro de Recursos Humanos específicos para todos os Setores da Saúde.	Dimensionar e suprir necessidades de recursos humanos para atenção em saúde do Município em 30% até 2025.	- Elaborar edital de chamamento do concurso público.	- percentual de RH suprimindo a adequação do quadro de RH da saúde.	- PAB - Próprio

11.7.4 Área Programática: Informatização

OBJETIVO	AÇÃO	INDICADOR	RECURSO
- Rede de informações Insuficiente, sem interface entre serviços Implantar rede informatizada e interligada nos serviços de Saúde.	Implantar rede informatizada e interligada nos serviços de Saúde em todos os 17 equipamentos de saúde.	Nº de Unidades com Rede implantada e interligada.	- Próprio

11.8 Eixo 8 - Controle Social na gestão do SUS

- Conselho Municipal de Saúde

O Conselho Municipal de Saúde é um órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo. Desta forma, deve funcionar e tomar decisões regularmente acompanhando a execução da política de saúde e propondo correções e aperfeiçoamento em seus rumos.

A Lei Federal nº 8.142/90, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS, define, no § 1º art. 2º, o papel dos conselhos: atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, incluídos os aspectos financeiros.

O SUS tem como base os princípios de igualdade e da universalidade à saúde. A participação da comunidade é uma forma de controle social que possibilita à população, por meio de seus representantes definir, acompanhar a execução e fiscalizar as políticas públicas de saúde.

A Lei Orgânica estabelece duas formas de participação da comunidade na gestão do SUS: as conferências e os conselhos de saúde.

Objetivos Gerais

- Fortalecer a participação da comunidade, bem como, das ações intersetoriais e do controle social na gestão do SUS.

Relatório de Gestão

- Para fins de alcance dos objetivos e metas traçados neste Plano é essencial que os mesmos sejam acompanhados e avaliados otimizando os resultados que se espera.
- Mediante ao inserido, a avaliação será orientada pelos seguintes princípios.
- Da Igualdade de oportunidade e de acesso aos benefícios da saúde em todos os níveis.
- Da Democracia - com a participação de todos os envolvidos no processo de recuperação e manutenção da saúde.
- Da racionalidade prática e crítica - caracterizada pela busca do entendimento, pela participação e pela emancipação dos sujeitos.
- Da Ética - centrada na ação justa, equânime e equitativa.

Objetivos Principais

- O desenvolvimento de um sistema de informações estatísticas e gerenciais de saúde mantida pelo Município que alimente o Planejamento e o Processo de tomada de decisão compatível com os recursos humanos e financeiros existentes.
- O planejamento estratégico e critérios de gestão de saúde baseado em indicadores de qualidade.
- A valorização de todos os procedimentos de avaliação de resultados tanto na saúde pública quanto privada.
- A divulgação do Plano Municipal de Saúde deverá abranger não só os aspectos assistenciais, mas antes de tudo ser uma avaliação institucional que leve à reflexão sobre as finalidades da instituição de saúde.
- A partir da análise dos indicadores qualitativos e quantitativos a avaliação permitirá à Administração Pública a adequação e aplicação de recursos humanos e financeiros adequados às reais necessidades do sistema de saúde em todos os segmentos abordados neste Plano, desde a formação e valorização dos profissionais de saúde até a infraestrutura física e equipamentos necessários para o processo de recuperação e manutenção da saúde.
- A avaliação dos aspectos assistenciais deverá estar pautada no êxito do resultado capaz de fazer com que os pacientes evoluam rumo ao pretendido, fornecer-lhes indicações esclarecedoras como auxiliar e um meio de construção de qualidade de vida eficaz.
- A garantia da abordagem dos aspectos institucionais e assistenciais da avaliação dar-se-á por metas:
 - o desenvolvimento dos profissionais.
 - o exercício ético.
 - a ação justa e a valorização de todos os envolvidos.
 - a participação da sociedade.
 - a responsabilidade, autonomia e o compromisso profissional assumido.
 - os princípios coletados no projeto de assistência das unidades.
 - a orientação à prática.
 - a compreensão processual do rendimento dos profissionais.
 - a coleta de informações por diferentes meios.
 - a atenção pontual a todo o processo de recuperação e manutenção da saúde.

Finalmente, a avaliação será feita por meio do desempenho dos profissionais e pelos diversos indicadores aceitos para aferição da qualidade da saúde, bem como pelas avaliações externas elaboradas e aplicadas pela própria Diretoria de Saúde, pelos resultados obtidos nas pesquisas de gestão político-administrativa e pelo trabalho desenvolvido pela equipe.

O acompanhamento dos objetivos e metas será potencializado pela atuação da equipe técnica de toda Diretoria de Saúde em seus diferentes Setores e/ou Departamentos que envolvem a Administração, a Legislação e a Gestão de Saúde.

12. Apresentação na íntegra das propostas das Pré-Conferências Municipais de Saúde 2021

Ana Lucia - Associação Amor é Vida - Jardim Praia Grande - 13/07/21 - 10h00hs

Propostas:

- Garantir o atendimento médico ambulatorial e agendamento de especialidades (oftalmologista, dermatologista, ginecologista, psiquiatra, psicólogo, urologista etc.) em tempo oportuno na Estratégia de Saúde - ESF Jardim Praia Grande.
- Garantir a humanização, acolhimento e orientações diversas aos usuários no atendimento nas unidades de saúde.
- Garantir a atualização do calendário vacinal, com o apoio dos agentes comunitários de saúde na busca ativa de usuários com as carteiras desatualizadas.
- Articular com outras esferas de governo a implementação de saneamento básico nas áreas desprovidas do sistema.
- Implementar ações de Educação em Saúde junto a comunidade afim de controlar o descarte irregular de lixo (materiais inservíveis, poda de árvore, entulho, animais mortos etc.) em terrenos baldios, evitando a proliferação de artrópodes nocivos (ratos, mosquito da dengue etc.)
- Garantir o acesso do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU na comunidade, tendo em vista as dificuldades ao acesso por motivos de criminalidade.
- Implementar o serviço de odontologia em todas as ESF.
- Garantir atendimento oportuno e acolhimento do serviço de assistência social.

- Garantir agilidade na informação ao paciente, evitando perdas nos agendamentos de exames, consultas, transporte e cirurgias.
- Garantir o fornecimento de medicamentos evitando a descontinuidade de tratamentos.

Maria Madalena dos Santos - Líder Comunitária da Vila Atlântica - 13/07/21 - 14h00hs

Propostas:

- Finalizar a reforma na ESF Vila Operária e garantir serviços de zeladoria permanentes (limpeza da área externa com remoção de vegetação existente).
- Garantir recursos humanos para desenvolvimento de atividades pertinentes - equipe multidisciplinar (agentes comunitários de saúde, recepcionista etc.).
- Implementar o serviço de odontologia em todas as ESF.
- Articular junto a Direção Regional de Saúde quanto à celeridade dos agendamentos junto à central de regulação - CROSS no acesso às áreas hospitalar e ambulatorial.
- Ofertar reumatologista e oftalmologista no Centro de Especialidades.
- Garantir a humanização, acolhimento e orientações diversas aos usuários no atendimento nas unidades de saúde.
- Fimar parceria com os departamentos de Esportes, Assistência Social e Cultura, a fim de utilizar a quadra da Vila Atlântica para prática de atividades físicas, culturais e cursos profissionalizantes, estimulando uma vida saudável.
- Implementar o uso de identificação (crachá) em todos os profissionais da saúde.

Aparecida Cuculo e Pedro Machado - Associação São Vicente de Paula - 14/07/2021 - Centro - 10h00hs

Propostas:

- Garantir o fornecimento de leite a pacientes que possuem necessidades específicas (ex. paciente com necessidade de alimentar-se exclusivamente com leite de marca comercial específica).
- Garantir a aquisição e o fornecimento de fraldas geriátricas de boa qualidade.
- Garantir o atendimento médico ambulatorial e agendamento de especialidades (oftalmologista, dermatologista, ginecologista, psiquiatra, psicólogo, urologista etc.) em tempo oportuno na Estratégia de Saúde - ESF.
- Ampliação da oferta no atendimento com psicólogo e psiquiatra na saúde mental.
- Articulação entre os setores de transporte e agendamento, a fim de garantir que o paciente que necessite de atendimento fora do domicílio não tenha perdas em consultas, exames etc.
- Ampliação no quadro de profissionais no centro de especialidades como oftalmologista e urologista, reumatologista etc.

Suzette A. L. Negrão - Líder Comunitária do Itaguaí - 14/07/2021 - 14h00hs

Propostas:

- Ampliação da oferta no atendimento com psicólogo e psiquiatra na saúde mental.
- Garantir o atendimento médico ambulatorial e agendamento de especialidades (oftalmologia, dermatologia, ginecologia, geriatria, pediatria, urologia etc.) em tempo oportuno na Estratégia de Saúde - ESF.
- Implementar o serviço de odontologia em todas as ESF.
- Garantir o fornecimento de medicamentos evitando a descontinuidade de tratamentos.

Aldeia Indígena Guarani Aguapeú - 15/07/2021 - 10h00hs

Propostas:

- Reformar e equipar a unidade de saúde indígena existente.
- Ampliar atendimento odontológico com outras especificidades, tais como: ortodontia, endodontia etc.
- Garantir o acesso do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU nas aldeias implementando estratégias de acesso devido a questões de acessibilidade devido a áreas de mata e rio (enchentes).
- Garantir atendimento do pré-natal em gestantes em tempo oportuno.
- Garantir atendimento mínimo de 3X por semana no ambulatório das aldeias por equipe multidisciplinar.

- Garantir ao indígena alimentação e cuidados específicos dentro dos seus costumes quando este estiver utilizando o serviço de saúde.
- Educação em Saúde nas aldeias fortalecendo os costumes alimentares a fim de evitar doenças tais como obesidade, hipertensão, etc.
- Garantir atendimento preferencial para indígenas devido à distância e condições do tempo dificultando o acesso ao serviço de saúde.
- Garantir o atendimento médico ambulatorial e agendamento de especialidades (oftalmologista, dermatologista, ginecologista, psiquiatra, psicólogo, urologista etc) em tempo oportuno na Estratégia de Saúde - ESF.

Aldeia Indígena Itaóca Tupi - 15/07/2021 - 14h00 hs

Proposta:

- Construir unidade de saúde indígena na aldeia.
- Implementar a Educação em Saúde nas Aldeias.
- Garantir o atendimento médico ambulatorial e agendamento de especialidades (oftalmologista, dermatologista, ginecologista, psiquiatra, psicólogo, urologista etc.) em tempo oportuno na Estratégia de Saúde - ESF.
- Garantir o acesso do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU nas aldeias implementando estratégias de acesso devido a questões de acessibilidade devido a área de mata.

Aldeia Indígena Itaóca Guarani - 15/07/2021 - 16h00hs

Propostas:

- Articular junto ao Governo Federal a vontade de não municipalização da saúde indígena conforme desejo da aldeia indígena Guarani.
- Mobiliar e equipar unidade de saúde indígena da aldeia Itaóca Guarani.
- Propor a nível estadual a criação de banco de sangue só para indígenas.
- Ampliar atendimento odontológico com outras especificidades, tais como: ortodontia, endodontia etc. e garantir insumos de boa qualidade.
- Garantir atendimento do pré-natal em gestantes em tempo oportuno.

Associação Pais Amigos Excepcionais (APAE) - 16/07/2021 - 10:00hs

Propostas:

- Garantir o atendimento prioritário a pacientes com deficiência intelectual e autismo nas unidades de saúde.
- Fortalecer a Educação Continuada e Permanente para os profissionais de saúde visando o cuidado com suas especificidades a pacientes com deficiência intelectual e autismo.
- Garantir o atendimento médico ambulatorial e agendamento de especialidades (oftalmologista, dermatologista, ginecologista, psiquiatra, psicólogo, urologista, neuropediatra, neurocirurgia pediátrica, pneumologista, fisioterapeuta, fisiatra, ortopedista, terapeuta ocupacional etc., especializado em pacientes com deficiência intelectual e autismo) em tempo oportuno.
- Articular junto a Direção Regional de Saúde quanto à celeridade dos agendamentos junto à central de regulação - CROSS no acesso à área hospitalar e ambulatorial.
- Garantir o atendimento de exames específicos como eco doppler etc. em tempo oportuno.
- Articular junto a Gestão Municipal a possibilidade de implantação de serviço de saúde nas dependências da APAE com especialidade para atendimento a pacientes com deficiência intelectual e autismo.
- Ampliar atendimento odontológico com outras especialidades, tais como: ortodontia, endodontia, especializada em pacientes com deficiência intelectual e autismo.

Funcionários Públicos e Privados da Saúde - 16/07/2021 - 14h00hs

Propostas:

- Criar o Plano de cargos e salários para funcionários da saúde, garantindo remuneração conforme média salarial da região.

- Disponibilizar convênio médico, odontológico e vale-alimentação para os funcionários da saúde.
- Garantir a qualificação e capacitação permanentes dos profissionais de saúde para melhor desempenho de suas funções.
- Garantir recursos humanos necessários que atenda à demanda de todas as áreas da saúde.
- Garantir estrutura, equipamentos e mobiliário dos setores da saúde.
- Incentivar a formação acadêmica para os funcionários da saúde.
- Garantir a manutenção preventiva e corretiva dos setores da saúde.

Ana Maria e Claudete - Líderes do Vera Cruz - 19/07/2021 - 10h00hs

Propostas:

- Garantir o atendimento médico ambulatorial e agendamento de especialidades em tempo oportuno na Estratégia de Saúde - ESF da Família Vila Atlântica.
- Implementar ações que estimulem a atividade física em todas as faixas etárias, promovendo parceria com o Departamento de Esportes e Cultura a fim de abrangermos maior número de pessoas e disponibilizarmos espaços para prática de esportes (quadras, campos de futebol, teatro etc. "Lembrando que dança e atividade física e artística."
- Fortalecer a Educação Continuada e Permanente.
- Implementar o serviço de odontologia em todas as ESF.
- Acionar o Conselho Regional de Educação Física para intensificar a fiscalização dos profissionais do município em academias de ginástica e musculação.
- Implementar ações de Educação em Saúde junto a comunidade a fim de controlar o descarte irregular de lixo (materiais inservíveis, poda de árvore, entulho, animais mortos etc.) em terrenos baldios.
- Possibilidade de implantação do Ambulatório de Especialidades Médicas - AME (gerido pelo Governo Estadual) no município.

Tatiana - Líder Comunitária do Agenor de Campos/Barigui - 19/07/2021 - 14h:00hs

Proposta:

- Implementar o serviço de odontologia em todas as ESFs.
- Garantir o atendimento médico ambulatorial e agendamento de especialidades (oftalmologista, dermatologista, ginecologista, psiquiatra, psicólogo, urologista etc.) em tempo oportuno na Estratégia de Saúde - ESF Jardim Primavera.
- Garantir a humanização, acolhimento e orientações diversas aos usuários no atendimento nas unidades de saúde.
- Garantir a atualização do calendário vacinal, com o apoio dos agentes comunitários de saúde na busca ativa de usuários com as carteiras desatualizadas.
- Garantir os tratamentos pós-cirúrgicos subsequentes previamente agendados, com fornecimento de transporte em tempo oportuno.
- Garantir dispensação de medicamentos em todas as ESFs.

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais - 19/07/2021 - 10:00hs

Propostas:

- Garantir e implementar ações contra a violência aos profissionais de saúde seja ela física, verbal ou moral, disponibilizando agentes de segurança nas unidades de saúde.
- Agilizar e disponibilizar vagas para agendamentos na saúde (exames, consultas etc.), eliminando demandas reprimidas nas unidades de saúde.
- Implementar ações que viabilize revisão do itinerário do transporte público local para melhor atendimento quanto aos horários e o acesso aos diversos locais de trabalho.
- Garantir recursos humanos necessários que atenda as demandas de todas as áreas da saúde.
- Garantir os equipamentos eletrônicos necessários para atendimento nas unidades de saúde e capacitação dos profissionais que operam os sistemas de informática.
- Garantir o atendimento médico ambulatorial e agendamento de especialidades (oftalmologista, dermatologista, ginecologista, psiquiatra, psicólogo, urologista etc.) em tempo oportuno na Estratégia de Saúde - ESF.
- Garantir a qualificação e capacitação permanentes dos profissionais de saúde para melhor desempenho de suas funções.

- Garantir aos funcionários do SAMU com jornada de trabalho de 24X72 horas o registro do horário do jantar com fornecimento de refeição.
- Garantir quantitativo de agentes comunitários de saúde e agentes de controle de endemias necessários para o desenvolvimento das atividades da categoria profissional, mantendo-se exclusivamente na função.
- Garantir estrutura, equipamentos e mobiliário dos setores da saúde.
- Garantir a manutenção preventiva e corretiva todos os setores e veículos da saúde.
- Garantir o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO integralmente a todos os servidores da saúde.

Mara - Líder Comunitária do Jussara - 20/07/2021 - 10:00hs

Proposta:

- Garantir o atendimento médico ambulatorial e agendamento de especialidades (oftalmologista, dermatologista, ginecologista, psiquiatra, psicólogo, urologista etc.) em tempo oportuno na Estratégia de Saúde - ESF Jussara.
- Garantir a humanização, acolhimento e orientações diversas aos usuários no atendimento nas unidades de saúde.
- Articular com outras esferas de governo a implementação de saneamento básico nas áreas desprovidas do sistema.
- Articular junto a Gestão Municipal a ampliação do atendimento prestado pela APAE a pessoas com deficiência intelectual e autismo com faixa etária acima de 18 anos.
- Garantir o atendimento especializado a pacientes com deficiências crônicas no centro de fisioterapia.

Dr. Asdrúbal - Associação Rosa Marques Castro - 20/07/2021 - 14:00hs

Proposta:

- Ampliação da oferta no atendimento com psicólogo e psiquiatra na saúde mental.
- Implementar atendimentos de psicoterapias com foco em pacientes depressivos.
- Implementar ações de combate aos casos de suicídios.
- Garantir a humanização, acolhimento e orientações diversas aos usuários no atendimento nas unidades de saúde.
- Garantir o acolhimento a pacientes em vulnerabilidade quanto questões de higiene nos ferimentos.
- Garantir medicação de alto custo à paciente em tratamento evitando a descontinuidade do tratamento.
- Garantir o atendimento médico ambulatorial e agendamento de especialidades (oftalmologista, dermatologista, ginecologista, psiquiatra, psicólogo, urologista etc.) em tempo oportuno na Estratégia de Saúde - ESF.
- Garantir equipamentos e cuidados médicos necessários para pacientes em remoção em unidade móvel (ambulância).
- Garantir a qualificação e capacitação dos profissionais de saúde para melhor desempenho de suas funções
- Fortalecer a Educação em Saúde para pacientes com doenças crônicas e sedentarismo, incentivando a prática de exercícios e alimentação saudável.

12. Considerações Finais

Apresentar considerações em termos de finalização de um árduo trabalho não é fácil. Mas diante dos desafios diários e das disponibilidades e comprometimentos de um grupo, de uma equipe determinada a escrever mais um capítulo importante e necessário aos ditames e regras de prestação de serviços a todos os nossos munícipes, fez com que conseguíssemos escrever, reescrever, editar, reeditar, formular, reformular, enfim, emitir esse importante instrumento de gestão pública, num dos quesitos mais necessários e imensuráveis que é a saúde pública.

O Plano Municipal de Saúde de Mongaguá 2022-2025 estabelece as diretrizes específicas e as metas da ação municipal de curto, médio e longos prazos, em observância aos anseios da sociedade mongaguaense e aos ditames dos arts. 28º e 29º do Plano Diretor da Estância Balneária de Mongaguá para o período 2017 a 2026, conforme preconizado na Lei Complementar nº 727, de 16/12/2016 (Mongaguá, 2016).

Diante deste apontamento, foram envidados esforços para conclusão, bem como, pensado em objetivos, metas, ações, indicativos e recursos, devidamente proporcionais as nossas estatísticas apontadas nas fontes possíveis, com foco na maior resolubilidade, eficácia e eficiência na prestação dos Serviços de Saúde, sejam inerentes a Política Pública Nacional de Saúde, ou garantidoras dos direitos constitucionais dos usuários, principalmente em detrimento do maior princípio das relações e de serviços que é o respeito a dignidade da pessoa humana.

Foram envidados esforços e comprometimentos, principalmente pelo Exmo. Sr. Prefeito e Vice Prefeito, que nos deram condições necessárias, tais como atuação em nossos conhecimentos técnicos e práticas diárias das ações em detrimento do atendimento da população, bem como, e grandiosamente pelo Gestor da Pasta - Diretor Municipal de Saúde, que vislumbrou capacidade de membros profissionais da Diretoria e criou Equipe para tal realização. que acreditou, participou e disponibilizou agenda, local e espaço adequado aos trabalhos.

Também pudemos contar com a experiência e competência dos Profissionais Técnicos e Conhecedores do Departamento Regional de Saúde - DRS-IV, sob Gerência e Participação Especial da Diretora Regional e Sua Equipe, com foram excepcionais e extremamente importantes nessa construção, com norteadores, bases, orientações, informações e amplos espaço de discussão diante das realidades locais e regionais.

Lançamos olhares futuros aos desafios certos, tais como aumento de cobertura de atendimento do Programa Estratégia Saúde da Família, intensificação da Cobertura Vacinal e Acolhimentos adequados a todos os usuários do SUS, com dedicação, afinco, cuidados e critérios preventivos e proporcionalmente garantidor de uma qualidade de vida saudável.

Diante do exposto, podemos considerar um real avanço e marco histórico no Município de Mongaguá essa edição e publicação do Plano Municipal de Saúde.

Mongaguá, agosto de 2021.

Marcio Melo Gomes
Prefeito Municipal

Marcelo Veiga do Marco
Diretor Municipal de Saúde Pública

13. Referências Bibliográficas

- Arts. 1º a 8º e 1.147º a 1.154º da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017 - Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.
- Arts. 1º a 16 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28/09/2017 - Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.
- Arts. 431º a 455º da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017 - Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.
- Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Regulação em Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde*. Brasília: CONASS, 2007a. 174 p. (Coleção Progestores - Para entender a gestão do SUS, 10). ISBN 978-85-89545-18-1/9788589545181.
- Plano Municipal de Saúde - Mongaguá - 2014/2017.
- Diretoria Municipal de Saúde - Equipe Técnica de Apoio - 2019.
- Centro de Vigilância Epidemiológica "Prof. Alexandre Vranjac" - Boletim Epidemiológico Paulista - volume 14 Nº 167-168 novembro/dezembro 2017.
- Participação Social: Consolidado de Legislação e atos do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo.

14. Atores públicos na emissão deste importante instrumento de gestão:

- Ailiram Boscolo da Silva - Secretária do Conselho Municipal de Saúde
- Alini Onório - Secretária Executiva da Diretoria de Saúde
- Ana Paula Camargo - Enfermeira Responsável Técnica do Hospital Municipal
- Andreia Paulino de Jesus - Presidente da EMUS, gestora do Hospital Municipal/Coord. Saúde Mental
- Antonio Brasília - Chefe de Frota da Central de Ambulâncias
- Arnaldo Cândido da Silva - Chefe do setor de Vigilância Epidemiológica
- Bruno Leonardo de Abreu - Farmacêutico, coordenador da Farmácia Municipal
- Cíntia da Silva Cerri - Responsável pelo setor de Recursos Humanos da Saúde
- Eduardo Kuhlmann - Chefe de Frota do SAMU
- Eduardo Rodrigues - Chefe do Departamento de Saúde
- Euzenir Alves da Silva - Enfermeira, administradora da UPA Agenor de Campos
- Fabiane Cristina da Silva - Enfermeira, responsável pelo Núcleo de Educação Continuada
- Fabio Júnior Matheus Dias - Enfermeiro, Responsável Técnico do SAMU
- Fernanda Paula dos Santos Fernandes - Gestora Municipal do Bolsa Família/Saúde
- Fernando Accioly Monteiro de Alcântara - Dentista, diretor de Serviços Odontológicos
- Gilmara da Silva Novais - Chefe da Central de Regulação de Vagas Municipal
- Glaucia da Costa Gomes - Enfermeira, coord. do programa Estratégia de Saúde da Família
- Jhonatan Blanco Ormelezi - Chefe de Frota do serviço de TFD - Transporte para Fora do Domicílio
- Jonatas Freitas Pimentel - Médico, coordenador do SAMU
- Karen Sabrina Lourenço - Aux. de Enfermagem, membro da adm. da UPA Agenor de Campos
- Karina Nunes dos Santos - Auxiliar de Enfermagem, coordenadora do Centro de Fisioterapia
- Karina Nunes Silva - Enfermeira, responsável pelo Programa Municipal de Imunização
- Kátia Cristina Scupinari de Souza - Enfermeira, membro do setor de Vigilância Epidemiológica
- Kelly Capatto - Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde/Conselho de Saúde
- Maria Lúcia Alves Passos Moreira - Enfermeira, membro do setor de Vigilância Epidemiológica
- Marlene Martins - Responsável pelo Faturamento da Saúde
- Nayara Gonçalves Fávaro - Enfermeira, responsável pelo Centro Médico de Especialidades
- Osmar da Silva Vieira - Nutricionista, assessor de planejamento da Diretoria de Saúde
- Paula Covas Borges Calipo - Diretora Regional do Departamento Regional de Saúde
- Renato Alexandre Pereira Costa - Ouvidor da Saúde Municipal
- Renato Mandarano - Psicólogo, coordenador do SAE
- Roseli Domingues Rodrigues - Assistente Técnico do Departamento Regional de Saúde
- Roseli L. Neves - Assistente Técnico do Departamento Regional de Saúde
- Vilma Cervantes - Assistente Técnico do Departamento Regional de Saúde